



SEGREGAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: ENCLAVES FORTIFICADOS

Ana Cristina Mendes¹
Elenise Felzke Schonardie²

RESUMO

O presente artigo tece algumas considerações sobre questões ligadas ao direito à cidade e suas implicações no que diz respeito a segregação social e também espacial, bem como as consequências que ambas as espécies de segregação trazem para os cidadãos, analisando, ainda, a interferência e/ou consequências trazidas pelas desigualdades sociais no que pertine a estruturação urbana e o surgimento dos enclaves fortificados como nova forma de estrutura urbana. Também, pondera sobre a autosegregação que vem sendo realizada pela classe com alto poder aquisitivo. Conclui que a desigualdade espacial é fruto da desigualdade social e, no as regiões com maior segregação são as áreas metropolitanas brasileiras, pois são o lugar de maior concentração de pessoas, de capital e de apropriação desigual dos espaços urbanos em razão da privatização dos espaços públicos.

Palavras-chave: Autosegregação. Desigualdades. Enclaves Fortificados. Segregação socioespacial.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A temática ligada a urbanização das cidades vinculada ao crescimento urbano e suas formas de composição/separação com relação as classes sociais traz consigo uma série de problemas de ordem histórica, social, cultural que estão arraigados nas cidades desde sua formação. Levando em consideração a relevância de algumas questões vinculadas ao crescimento urbano, aliado a falta de estrutura urbana mínima para os cidadãos que ocupam locais marginais, o que é de fácil compreensão as pessoas de conhecimento médio, eis que da simples observação visual nas cidades é possível chegar a tal conclusão, a investigação proposta é de caráter estritamente analítico/científico, tendo por objetivo fazer um panorama da

¹ Advogada, Mestranda da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Aluna pesquisadora voluntária da linha: Direitos Humanos, Meio Ambiente e Novos Direitos. E-mail: acmpin@bol.com.br

² Doutora, Professora Permanente do Programa de Mestrado em Direitos Humanos da UNIJUÍ, vinculada à linha de pesquisa Direitos Humanos, Meio Ambiente e Novos Direitos; professora da Faculdade de Direito da UPF e professora convidada no Programa de Mestrado em Ciências Ambientais da UPF; advogada. Co-autora. E-mail: elenisefs.adv@gmail.com



segregação e da espacialização das desigualdades sociais relativamente as questões de moradia no meio urbano.

2 A CIDADE E SUA COMPLEXIDADE

A cidade pode ser caracterizada como um espaço complexo, com certa densidade populacional, urbanizado, construído e organizado, com regras estabelecidas, que atrai as pessoas para o “viver” em sociedade, tendo ali estabelecidos o trabalho, a moradia, lazer, gerando, assim, a aglomeração de pessoas e, a necessidade de convivência coletiva.

A essência do espaço público das cidades é a heterogeneidade de pessoas e de atividades e a miscigenação advinda do cruzamento das diversidades de diferentes povos, seus costumes, credos e peculiaridades. A sociedade é formada pela interação recíproca de indivíduos em um mesmo espaço, formando assim as cidades. Nas cidades é que ocorrem estas interações sociais, sendo, portanto, o espaço das cidades uma construção social.

Na atualidade o espaço urbano das cidades é caracterizado por profundas transformações. “Isto se dá, dentre outros fatores, devido à constatação de que, pela primeira vez na história, a população urbana ultrapassa a população rural. Em pouco tempo, o mundo será, em sua maioria urbanizado”. (LEVY, 2010)

Ainda no entendimento de Levy (2010) tem-se que a urbanização será maior em países em desenvolvimento, pelo que traz em seu bojo profundas desigualdades sociais, tendo por consequência deste processo a segregação urbana, trazendo o contraste dos condomínios residenciais fechados lado a lado com as favelas. Destaca-se que países em desenvolvimento como o Brasil, nos quais as desigualdades socioespaciais são cada vez mais presentes, este fenômeno da segregação urbana vem ocorrendo de forma mais intensa.

Como já dizia Caldeira (2000), a segregação, social ou espacial, é uma característica importante das cidades, cujas regras que organizam o espaço urbano mudam histórica e culturalmente, revelando os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos se inter-relacionam.

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A expressão da segregação socioespacial da formação das cidades se manifestam de diferentes formas a depender de fatores sociais e culturais dos cidadãos que formam as cidades.



A complexidade envolvida na questão habitacional faz com que seja necessário buscar entender como ocorre a produção e a separação entre as pessoas dentro de um mesmo espaço urbano.

Importante referir que desde a antiguidade já existiam formas de segregação urbana, tanto social, quanto espacial, na história da sociedade. Nesta linha, cidades romanas, gregas e chinesas já apresentavam divisões definidas social, política e economicamente. (NEGRI,2008)

No entendimento de Negri (2008, *apud* Marcuse) o padrão histórico de segregação das classes sociais se divide em: cultural, cuja divisão se dá pela língua, religião, características étnicas, país, nacionalidade, etc; funcional, no qual as classes estão divididas em bairros residenciais e comerciais, áreas rurais e indústrias, ou seja, resulta da lógica econômica; e diferença por status hierárquico, o qual reflete as relações de poder na cidade, o que pode ser representada pelos enclaves ou pela distribuição das serviços públicos.

Ao analisar diversas teorias sobre segregação, a exemplo da Escola de Chicago, esta criticada por Negri (2008) por ter tomado para a sociedade uma teoria construída para os elementos naturais e, assim, “naturalizando” as relações sociais nas cidades, explicando a segregação socioespacial como sendo algo inerente as cidades por questões raciais, culturais e étnicas, o autor afirma:

O que se pode afirmar é que essas relações nos dias atuais se dão muito mais em função de fatores econômicos. As maneiras como as classes se distribuem no espaço urbano dependem do acúmulo de capital individual que cada um consegue ter. Morar em um bairro popular não depende somente de suas características culturais, étnicas ou raciais, mas da reprodução da força de trabalho que o capital precisa para reproduzir-se. A reprodução não é simplesmente e somente um fato de divisão de classes no espaço urbano, mas também um instrumento de controle desse espaço.

Em sua linha de raciocínio o autor explica que morar no subúrbio, na periferia não é, apenas, uma questão de escolhas, mas sim de impossibilidade de escolhas, nas quais o fator determinante é o capital que cada indivíduo desta sociedade consegue acumular, bem como o papel que cada indivíduo consegue desempenhar nas forças geradoras da estrutura urbana. Ainda nesta senda de exame, pode-se evidenciar que

Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital.



Na sequência Negri (2008) questiona o porquê dessa situação ocorrer desta forma, cuja pergunta ele mesmo traz a resposta aduzindo que isso se dá porque os bairros de baixa renda situam-se, em sua grande maioria longe do centro e, por consequência, longe das classes altas, destacando que nestes locais os investimentos públicos ou não chegam, ou chegam de forma muito precária, ao passo que os bairros de classe alta e média recebem a maior parte dos investimentos públicos. Esta situação reflete diretamente na formação destas populações, na instrução, saúde, qualidade das moradias, entre outras situações. Destaca, ainda, que esta situação tende a se perpetuar em um “ciclo vicioso” de pobreza, miséria e violência nas quais acabam inseridas esta parte da população, cujo Estado é incapaz de suprir as necessidades desta população.

Ao lado do acima citado, importante são as lições de Castells (1983) quando aduz que a segregação social visa a reprodução da força de trabalho, sendo este processo sempre interligado e articulado com a estrutura social. Assim, a cidade torna-se expressão materializada da atuação da sociedade no espaço geográfico, através de um ambiente físico construído. Analisa a segregação socioespacial a partir da distribuição espacial – que ocorre por determinações políticas, econômicas e ideológicas - das diferentes classes sociais de acordo com o nível social dos indivíduos.

Quanto a segregação ecológica das classes sociais como consequência da urbanização latino-americana podemos transcrever:

A urbanização latino-americana caracteriza-se então pelos traços seguintes: população urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema; ausência de relação direta entre mercado industrial e crescimento urbano; grande desequilíbrio da rede urbana em benefício de um aglomerado preponderante; aceleração crescente do processo de urbanização; falta de empregos e de serviços para as novas massas urbanas e, conseqüentemente, reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo. (CASTELLS, 1983, p. 99)

Este entendimento vem ao encontro daquilo que Negri (2008) aduz sobre o problema da habitação, segregação e o crescimento urbano, que para ele ocorreu em razão da segregação socioespacial e exclusão social. “Desde o aparecimento do trabalhador livre para servir como força de trabalho nas nascentes indústrias brasileiras, as cidades ganham nova dimensão e tem início o problema da habitação e da segregação residencial no país”.

Na formação das cidades, especialmente da cidade de São Paulo, cujo modelo se repete na maioria das grandes cidades brasileiras, a segregação social teve três formas de expressão



no espaço urbano. A primeira forma de segregação social urbana, ocorrida no período compreendido entre o final do século XIX até os anos 1940, caracterizou-se pela concentração, ou seja, a cidade era concentrada e diferentes grupos sociais viviam numa área urbana pequena. Nesta forma de segregação, as pessoas eram separadas pelo tipo de moradia. Já a segunda forma de segregação urbana, que ficou conhecida como centro-periferia esteve presente no desenvolvimento das grandes cidades dos anos 40 até os anos 80. Nesta forma de segregação foi a distância que separava os ricos, classes alta e média, dos pobres. As classes média e alta concentravam-se nos bairros centrais, com boa infraestrutura; e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. A partir dos anos 80 o espaço urbano sofreu transformações que geraram espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muito próximos mas separados por muros e tecnologias de segurança, onde as pessoas tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. Surgem assim os enclaves fortificados. (CALDEIRA, 2000, p.211)

MEDO X AUTOSSEGREGAÇÃO: ENCLAVES FORTIFICADOS

Segundo, Caldeira (2000), surgem, então os enclaves fortificados que, na verdade, são os espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho, ou seja, os condomínios fechados. Essa nova forma urbana é justificada pelo medo de crimes violentos. Esta nova expressão de ocupação do espaço urbano atrai pessoas que abandonam as ruas e deixam-nas para os pobres, os marginalizados e os sem-teto.

Observa-se que a classe alta, com maior poder econômico vem procurando se isolar da cidade, abrindo-se por muros e sistemas de segurança. Temos, então, a autossegregação da população rica. Neste sentido:

Hoje se observa a existência tanto da segregação espacial da população pobre como da autossegregação da população rica. Todas essas afirmações nos levam a concluir que há um outro tipo de periferia: aquela que é ocupada pelas classes privilegiadas. Os novos loteamentos periféricos, a exemplo dos condomínios de elevado padrão, destinados a essas classes de melhor poder aquisitivo, são lugares altamente segregados ou mesmo autossegregados por se constituírem como isolamentos voluntários. (CAETANO, 2010)

Neste sentido, Caldeira (2000) refere a existência deste novo padrão de organização espacial das cidades, que se define pela autossegregação da classe alta, a qual tem se dirigido em direção a periferia em busca de segurança, qualidade de vida, conforto, lazer e status.



Corroborando com este entendimento Caetano (2010), quando refere que “no Brasil, a violência e a “cultura do medo” contribuem para a constituição de espaços exclusivos e protegidos, que se configuram territorialmente na autosegregação dos condomínios fechados”.

A decisão de se isolar pela construção de muros, cercas eletrificadas, segurança, fechando bairros inteiros e, também, construindo condomínios fechados vai além do medo da violência. Isso não significa a inexistência ou a diminuição da segregação, ao contrário, pode inclusive causar um aumento do acirramento das relações sociais e espaciais entre as diferentes classes⁴³. Neste contexto, o Estado adquire um papel crucial, porque acentua a segregação através de legalizações para instalação de condomínios fechados, cercamento de bairros, suburbanização da classe alta, facilitação de transporte, entre outros mecanismos que facilitam a segregação. (NEGRI, 2008 *apud* VILLAÇA 2007)

Com a implantação de enclaves fortificados diz que é difícil manter os princípios da acessibilidade e livre circulação estão entre os valores mais importantes das cidades modernas, onde o caráter do espaço público muda, bem como a participação do Cidadão na vida pública.

Na definição de Castriota (2003) os enclaves contemporâneos surgem como “cidadelas do poder”, “área gentrificada”, “subúrbio exclusivo” os quais acompanham a globalização e, segundo ele, os enclaves modernos seriam uma analogia aos enclaves dos poderes imperiais, que objetivam, principalmente “proteger alguns dentro e manter outros de fora”.

Outra visão sobre o conceito de enclaves sociais, cuja obra³ é referência quando o assunto é a formação das cidades e as formas de expressão da segregação socioespacial, temos em Caldeira (2000, p. 258/259):

Os enclaves fortificados incluem conjuntos de escritórios, shopping centers, e cada vez mais outros espaços que tem sido adaptados para se conformarem a esse modelo, como escolas, hospitais, centros de lazer e parque temáticos.

Ainda, seguindo o entendimento de Caldeira, temos a seguinte distinção para as estratégias de condomínios fechados da atualidade, ou de confinamento residencial feitos pelas classes média e alta, o que para a autora são os enclaves fortificados:

São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto a cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de

³ Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.



segurança, que impõe as regras de inclusão e exclusão. São Flexíveis: devido ao seu tamanho, as novas tecnologias de comunicação, organização do trabalho e aos sistemas de segurança eles são espaços autônomos, independentes do seu entorno, que podem ser situados, praticamente, em qualquer lugar. (CALDEIRA, 2000. P. 258/259)

Desta forma, devido as características de serem espaços demarcados fisicamente e devidamente isolados por muros, contendo em seu interior toda a infraestrutura “urbana” necessária, ou seja, comodidade, lazer, segurança, tudo aliado a privacidade; e, ainda, de serem espaços extremamente autônomos com relação a vida fora dos enclaves, estes podem ser inseridos em qualquer espaço, tanto urbano, quanto em áreas rurais, em periferias, dividindo espaços com favelas e localidades de famílias de baixa renda e casas autoconstruídas.

Conforme Gomes⁴ (2003) esse novo padrão residencial, os enclaves fortificados, representam um novo estilo de vida, totalmente vinculado a comportamentos consumistas, nos moldes de metrópoles estadunidenses. Nesse sentido refere:

O consumo não se refere apenas às características internas do imóvel (tamanho, qualidade da construção equipamentos etc), mas pelas acesso de bens, serviços e valores simbólicos tais como: o verde, a privacidade, o status, a segurança. Com a escalada da violência, a segurança tem se tornado o maior atrativo dentre objetos de consumo oferecidos nos condomínios.

Comunga deste mesmo entendimento Caetano (2010) ao mencionar que “tais condomínios, na verdade, não são produzidos apenas com a finalidade de moradia, pois dentro deles existem espaços destinados às compras, ao lazer, aos serviços, enfim, cada vez menos é necessário o deslocamento dos seus moradores em direção às áreas centrais”. Os habitantes desses locais procuram viver em um “mundo” distante do restante da sociedade. Reproduzem, assim, uma cultura segregacionista e excludente das elites econômicas em relação ao restante da população. Como consequência, a cidade e o território urbano tornam-se mais fragmentados, reproduzindo no plano espacial a desigualdade social existente (CAETANO, 2010, *apud* TRINDADE, 2007).

Outros autores tratam os enclaves fortificados, simplesmente como condomínios fechados, mas também com o objetivo de descrever as propriedades privadas de usos coletivo, nos quais, segundo Santos Júnior (2009, p.43 *apud* Maria de Fátima Gomes) “...existe uma

⁴ SONHOS URBANOS E PESADELOS METROPOLITANOS: VIOLÊNCIA E SEGREGAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.



intensa vida social, por eles defina como uma expressão festiva da vida em comunidade, além de eventos sociais menos idílicos como as reuniões regulares de foro condominial”.

No que pertine aos enclaves fortificados e sua correlação com as expressões do individualismo, temos o entendimento de Santos Júnior (2009, p.52/53) que refere que os enclaves residenciais são formações em que podem ser identificadas expressões do individualismo e que estas estão ligadas a outras estruturas da sociedade, estando motivadas por questões culturais que vão além do conjunto da cidade. Assim, as manifestações dos moradores se diferenciam conforme “os capitais disponíveis” a cada grupo social.

A defesa de uma individualidade localizada no espaço depende da presença de ameaças que possam comprometer conquistas humanas tão caras, como a garantia da vida e o respeito à propriedade privada. Daí todo o aparato de segurança dos condomínios serem justificados pelo crescimento da violência na cidade, na medida em que o Estado estaria falhando em prover a proteção à vida do seu cidadão este se vê no “direito” de escolher os métodos mais adequados de sobrevivência.

Nesta linha, imperioso se faz lançar mão do entendimento de Caetano (2010), quando aduz que, no Brasil, a autossegregação territorial dos condomínios fechados é reflexo da cultura do medo e da violência, a qual contribui para a formação destes espaços exclusivos e protegidos, que servem tanto para moradia, quanto para compras, lazer, eis que os enclaves fortificados possuem cada vez mais estruturas internas, diminuindo cada vez mais a necessidade das pessoas se deslocarem para o centro das cidades.

DESIGUALDADES SOCIAIS COMO REFLEXO DO MODELO ECONÔMICO PREDOMINANTE QUE ACENTUA A SEGREGAÇÃO

A segregação social ou espacial é uma característica importante das cidades e as regras que organizam o espaço urbano mudam histórica e culturalmente, as quais revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos se inter-relacionam.

Entre o século 20 e 21, conforme destaca Caldeira (2000), o espaço urbano das grandes cidades brasileiras, em especial São Paulo, tiveram três principais formas de expressão: a primeira forma de expressão urbana: do final do século XIX até os anos 1940 as cidades eram concentradas e diferentes grupos sociais viviam numa área urbana pequena, ou seja, ricos e pobres dividiam o mesmo espaço mas estavam segregados pelo tipo de moradia. A segunda forma urbana denominada centro-periferia dominou o desenvolvimento das grandes cidades, especialmente aquelas industrializadas, dos anos 40 até os anos 80. Nesta forma de expressão urbana, os diferentes estão separados pela



distância, ou seja, as classes média e alta concentravam-se nos bairros centrais, com boa infraestrutura; e os pobres viviam nas precárias e distantes periferias, com total ausência de infraestrutura urbana. Ao lado desta surge a terceira forma urbana: a segregação pelos condomínios fechados, denominados por Caldeira como enclaves fortificados.

Assim, a partir dos anos 80 o espaço urbano sofreu transformações que geraram espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muito próximos mas separados por um muro e tecnologias de segurança e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. (CALDEIRA, 2000, p.211)

As transformações na estrutura urbana das grandes cidades acima referenciadas foram fortemente afetadas pela industrialização, eis que esta, como vetor do crescimento do País, também acentuou as desigualdades sociais, pois, por um lado concentra a riqueza e o desenvolvimento, por outro reflete as desigualdades sociais e espaciais.

Em razão da industrialização, o aumento populacional, conforme assevera Caldeira (2000, p.214) devido a imigração interna, principalmente da população do Nordeste brasileiro, e externa, principalmente dos imigrantes europeus, que vinham para o Brasil incentivados por política destinada a importar trabalhadores brancos qualificados para substituir os ex-escravos negros e “branquear” a população brasileira, foi muito superior a área urbanizada dos grandes centros no Brasil. Esta situação transformou cidades como São Paulo em espaços urbanos caóticos.

No Brasil, a industrialização recrudesciu as desigualdades regionais, concentrando-se no Centro-Sul do país (principalmente em São Paulo), gerando dificuldades ocupacionais e sociais que se acentuaram particularmente nas metrópoles. O Brasil se constituiu, assim, com cidades desiguais e segregadas, nas quais as camadas abastadas se concentram em bairros com boa disponibilidade de infraestrutura e serviços, enquanto que as classes menos favorecidas vivem em condições precárias, periferias pobres e desprovidas de serviços básicos. (CAETANO, P. 2010)

Neste sentido, temos também o entendimento de Caetano (2010 *apud* Bazan 2008) quando refere que, no Brasil, a urbanização vem consolidando um processo de hierarquização e segregação da sociedade, no qual as desigualdades socioespaciais vem sendo evidenciadas cada vez mais. Destaca que as metrópoles industrializadas atraem trabalhadores, os quais anseiam novas oportunidades de trabalho e, via de consequência, de vida digna. Ocorre que, por diversos fatores isso não ocorre. O autor destaca a falta de qualificação profissional, a falta de unidades habitacionais, bem como a falta de um “sistema funcional para pessoas de baixa renda”, eis que estas, ao migrarem para as metrópoles, acabam em locais



inadequados para moradia, como fatores que impedem o crescimento pessoal almejado pelos migrantes em busca de emprego e vida nova nas cidades grandes.

Com escora em tais premissas, Caetano (2000) refere que o aumento das desigualdades sociais são tendências dos efeitos da globalização, como o aumento do desemprego e a concentração de patrimônio e renda. Aduz que a desigualdade espacial é fruto da desigualdade social e, portanto, “a metrópole brasileira, como lugar de maior concentração de pessoas e de capital, incorpora também uma maior diversidade de classes sociais, que se apropriam desigualmente do espaço urbano e produzem formas espaciais fortemente segregadas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades são espaços de alta complexidade e diversidade, nos quais as desigualdades econômicas e sociais fomentam a segregação dos espaços no meio urbano, haja vista que aos despossuídos de riquezas materiais, desempregados e migrantes restam as zonas periféricas desprovidas de infraestrutura básica.

De outro norte, à classe de alto poder aquisitivo, a solução criada nos espaços urbanos foram os enclaves fortificados, que são justificados por uma pseudo sensação de segurança, contra o medo da violência. Trata-se de uma fuga do problema estabelecido que é a violência, e não um enfrentamento das causas desta violência, tratando-se, apenas, de uma pseudosolução.

Neste diapasão ficou evidente que a influência da ocupação dos enclaves fortificados contribui, sobremaneira, para mais segregação e mais violência urbana, haja vista que os “condomínios exclusivos” prometem solucionar os problemas de segurança de indivíduos e famílias de classe média ou da elite, mas de outra parte, deixam intactas as causas da violência e da insegurança que os nutrem.!!!

REFERÊNCIAS

- CAETANO, Rodrigo da Costa. Metrôpoles brasileiras: o reflexo da segregação sócioespacial. Anais III Encontro de Geografia, VI Semana de Ciências Humanas. Instituto Federal Fluminense . Campo dos Goytacazes, RJ.2010. Disponível em: <www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/ENGEO/article/download/1670/853>
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Ed.34; Edusp, 2000. 400 páginas.
- CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. URBANIZAÇÃO BRASILEIRA.2003. Ed: REDESCOERTAS. Disponível em:<



<https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2014/03/castriota-leonardo-urbanizac3a7c3a3o-brasileira-redescobertas.pdf>>. Acesso em 18set2016.

DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Sonhos urbanos e pesadelos metropolitanos: violência e segregação na cidade do Rio de Janeiro. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(131). ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98. Disponível em <[http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(131\).htm#n9](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(131).htm#n9)>. Acesso em:18set2016.

LEVY, Dan Rodrigues. Os condomínios residenciais fechados e a reconceitualização do exercício da cidadania nos espaços urbanos. : ponto-e-vírgula, 7: 95-108, 2010.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. Coletâneas do Nosso Tempo, Rondonópolis – MT, v. VII, nº 8, p.129 a 153, 2008. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108>. Acesso em:19/09/2016.

SANTOS Júnior, Ledilson Lopes. SOCIABILIDADE E IDENTIDADES CONFINADAS EM CONDOMÍNIOS DA BARRA DA TIJUCA. Tese apresentada ao Curso de Doutorado do programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional. RJ.2009. Disponível em <<http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-143881/sociabilidade-e-identidades-confinadas-em-condominios-da-barra-da-tijuca>>. Acesso em:18set2016.

SCHONARDIE, Elenise Felske; ZIMMERMANN, Jéssica. O Direito à Cidade e o Exercício da Cidadania. Salão do Conhecimento. Ciência. Saúde. Esporte. Unijui. 2013. Disponível em <

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/viewFile/2090/1749>>

. Acesso em:13set2016.